

# O QUE A HISTÓRIA DO MOVIMENTO HIP-HOP PODE NOS ENSINAR?

Frederico Augusto Garcia Fernandes<sup>1</sup>

**RESUMO:** *O que a história do movimento hip-hop pode nos ensinar?* Este artigo traz uma análise sobre compreensões presentes na “História vista de baixo” e em práticas da metodologia da “História oral”, focando a História do Hip-Hop. Deste modo, ele está dividido em duas partes. Na primeira, pontuamos as influências da história dos excluídos no pensamento das Ciências Humanas, tais como: “força irruptiva”, novas metodologias, diferença e oralidade. Na outra, propomos a superação de algumas dicotomias como “baixo *vs.* cima”, “popular *vs.* erudito”, e pensar a vida social do hip-hopper.

**PALAVRAS-CHAVE:** Oralidade, Hip-Hop, História.

**ABSTRACT:** *What the history of hip-hop can teach us?* This article contains a comprehension analysis about “History from Below” and about methodologies practices of “Oral History” focused the History of Hip-Hop. In this way, it’s divided in two parts. In the first one, we pointed the influences of excluded people history in the Human Sciences thought, such as “irruptive power”, new methodologies, difference and orality. In the other one, we proposed to advance some dichotomies such as “below *vs.* top”; “popular *vs.* erudite”, and to think the hip-hopper’s social live.

**KEYWORDS:** Orality, Hip-Hop, History.

Quando proponho a pergunta “o que a história do movimento hip-hop pode nos ensinar?”, penso ser importante levar em conta o contexto que a cerca, quais os motivos que a precedem e “a quê?”, “a quem?” ou “o quê?” ela visa a responder. Não posso me furtar ao fato de que: i) não sou historiador de ofício, mas pesquisador da cultura oral que muito tem a aprender e a dialogar com historiadores; ii) problematizar o movimento hip-hop em sua história exige uma inquietação sobre o próprio fazer histórico e suas mudanças ao longo dos tempos, bem como sobre as implicações que estas mudanças têm para todo o pensamento das Ciências Humanas ou próximo a elas; e iii) as disciplinas de Humanas e Artes são constituídas e alicerçadas nos campos “multi”, “trans”, “inter” disciplinar e, às vezes, no holístico, sem os quais não haveria possibilidade de compreensão do homem, de suas ações e representações. É no diálogo entre as disciplinas e, sobretudo, nas maneiras como as disciplinas dialogam com o

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina. Este artigo foi apresentado como palestra de encerramento da V Semana de História, promovida pelo Mestrado de História da UFGD, em 2005.

corpo social que podemos criar um espaço intelectual interativo entre as diferentes formas de saber.

Assim, acabo tocando em dois textos que, coincidentemente, são ingleses e foram traduzidos no Brasil em 1992 e refletem um fazer histórico que, de certa forma, ajustava-se ao que a Literatura e a Teoria Literária, a Sociologia e a Antropologia estavam amadurecendo e que chamarei *ad hoc* de “o cotidiano dos excluídos”. Um, é um ensaio-balanço de Jim Sharpe, “A História vista de baixo”, que foi originalmente publicado em 1991 e se encontra na coletânea *A escrita da História: novas perspectivas*, organizada por Peter Burke. O outro é o livro *A voz do passado: História Oral*, de 1978, escrito por Paul Thompson. É importante ressaltar que o pensamento expresso por estes dois textos encontra suas bases na década de 1970, quando na Europa se manifesta um espírito questionador sobre os saberes acadêmicos e suas funções sociais, o que tem bases no pensamento de Michel Foucault e Jacques Derrida.

Considerando que todo texto apresenta um interlocutor idealizado, ou como chamamos na Teoria Literária, um narratário para quem se dirige o texto, o artigo de Sharpe visa a atingir o estudante de História. E esta intenção é verificada em razão do exercício meta histórico que o autor propõe, o balanço historiográfico, conforme já afirmei anteriormente, pela crítica a modelos e a idéias opostas a sua, como a que a *O que é História*, de E. Carr, por conta da empatia que o autor busca no apelo à identidade e, pelo exercício de um certo proselitismo histórico: “A história vista de baixo ajuda a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar.” (Sharpe, 1992: 62). Não intento aqui desmerecer todo o ensaio de Sharpe em decorrência desta citação. O autor demonstra como o conceito de uma “História vista de baixo” encontra suas bases no artigo de E.P. Thompson “History from Below”, publicado na década de 1960, no *Times Literary Supplement*, e ganha fôlego no trabalho do medievalista francês Emmanuel Le Roy Ladurie, *Montaillou*, de 1975, e do historiador italiano Carlo Ginsburg, com *O queijo e os vermes*, de 1976. Outra observação bastante pertinente feita por Sharpe diz respeito aos riscos de o historiador cair no “antiquarismo”, ou seja, tratar o texto ou objeto coletado com uma certa aura de exótico, ao passo que alerta para o problema do conceito em si, uma vez que se a história é vista de baixo, subentende-se que há outra que está por cima. Ele aponta, ainda, para a importância da História Oral no processo de construção de fontes de uma História vista de Baixo, sem se esquecer de que ela permite que sejam construídas fontes com “duquesas”, “plutocratas” e “bispos”, da mesma forma que “dos mineiros e dos operários fabris” (Sharpe, 1992: 49). A perspectiva de Sharpe deixa claro que para fazer uma História vista de baixo não são necessários apenas métodos alternativos de produção e interpretação de fontes o que, por si só já demonstra uma força irruptiva no campo da historiografia, mas que, ao fazê-la, o pesquisador acaba por ter um posicionamento político e engajado, que apenas torna-se mister assumi-lo.

No outro texto escolhido para esta análise, há um caráter bastante sedutor e, para nós, inovador sobre o fazer historiográfico. Devo fazer uma ressalva: não que a

História Oral tivesse sido completamente ignorada pela academia brasileira, como demonstra o professor Eudes Fernando Leite em seu artigo “Da experiência da narração à singularidade da História Oral”, mas o caráter do livro é inovador quanto aos argumentos e às justificativas apresentados para a aplicação da História Oral no fazer historiográfico e no contexto em que se insere. Em que pese o fato de a História Oral, na visão de Thompson, não ficar restrita apenas à memória dos “excluídos”, há nessa obra uma ênfase em que o seu diferencial é a possibilidade de mudar os rumos da historiografia e do sentido que a História pode ter para as pessoas comuns, que passam a ser vistas e se compreendem como sujeitos históricos. Nas palavras de Thompson, a História Oral pode

[...] ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e viveriam a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”. (Sharpe, 1992: 22).

Há em Thompson uma visão de que a História é e deve ser a visão daqueles que viveram o fato histórico. Ele enfatiza, desse modo, a experiência do sujeito, sua memória e capacidade narrativa. A História Oral, nesse sentido, se não fosse uma possibilidade de construção de fonte a ser interpretada pelo historiador ou outros pesquisadores das Ciências Humanas, representaria uma retomada do fazer artesanal da História, o que remonta aos tempos de Heródoto.

A proximidade entre a História Oral e a narrativa artesanal e a própria valorização da narrativa fazem com que ocorra um deslocamento de escopo do mundo da letra para o mundo da voz. Na verdade, trata-se de elementos característicos de uma cultura oral secundária, isto é, em que a escrita desempenha um papel secundário nas práticas cotidianas, como, por exemplo, a memória homeostática, a valorização da experiência, os espaços de atualização do texto oral, a interação entre os sujeitos, a forma de construção de saberes e de regras sociais diferenciada do mundo da letra, que passam a ser perceptíveis nas entrevistas e fontes orais até então pouco trabalhadas pela academia até a década de 1970. Isto tudo faz com que o pesquisador que se utilize das técnicas de História Oral, sobretudo o historiador, tenha uma sensibilidade para com o entrevistado. Nas palavras de Thompson:

“Há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. Quem não consegue parar de falar, nem resistir à tentação de discordar do informante, ou de lhe impor suas próprias

idéias, irá obter informações que, ou são inúteis, ou positivamente enganosas”. (Thompson, 1992: 254).

Com base nas teorias desconstrucionistas, a verdade se dá no enfrentamento de discursos. Nesse sentido, como a verdade é a única forma de legitimação do saber, o confronto entre saberes constituídos dentro e fora da academia é, foi e será inevitável e os trabalhos de campo com depoimentos orais eram, até então, feitos para que o pesquisador se municiasse da falácia do outro, uma vez que todo discurso é falacioso. O que Thompson propõe é uma educação do pesquisador para ouvir o outro. Esse comportamento do pesquisador em relação ao seu entrevistado busca fazer com que o discurso do vencedor que vai a campo para sair vitorioso sobre o seu depoente seja abandonado em detrimento da valorização do saber do outro. Assim, a História Oral se coloca como um conjunto de técnicas capaz de dar voz ao diferente, cabendo ao pesquisador o desafio de interpretar esta diferença enquanto ato discursivo e não apenas como tradução.

Assim, de maneira resumida, passo a enumerar os principais aspectos que estes textos significativos da, posso dizer, Teoria da História contribuem como nova forma de pensar o fazer histórico: i) são textos que apresentam uma força irruptiva, ao propor modelos inovadores de abordagem, ao valorizar sujeitos até então marginalizados e a incitarem um posicionamento do historiador mais engajado politicamente e mais solidário ao sujeito que investiga; ii) apresentam metodologias que propõem novas fontes para análise, alertam para os diferentes tipos de textos que circulam em um determinado grupo social, ao passo que superam a leitura capaz de tornar exótica as práticas cotidianas, como eram feitas no século XIX; iii) valorizam a diferença, ou melhor, a diferença é a força motriz para que este tipo de abordagem seja feita, e ela se encontra no discurso das minorias ou na leitura diferenciada que o sujeito que vivenciou um fato possa ter dele; e iv) evidenciam outros mecanismos de circulação de saberes, escapando da autonomia da escrita, o que faz com que o sujeito seja “dono” de sua própria história. Assim, o fazer histórico passou a ter, em casos específicos, a função de “resgatar” a identidade do outro, ao fazer com que os sujeitos tenham um sentimento de pertencimento de um grupo ao se identificarem na própria história deste grupo.

Não é demais mencionar que essa nova forma de saber histórico contribui para que sejam escritas várias histórias de grupos sociais, desdobrando-se numa história cultural ou história de diferentes culturas e que a própria história do movimento hip-hop está alicerçada nos preceitos de uma História vista de baixo ou de uma História Oral, sem os quais dificilmente ela seria objeto de estudos acadêmicos. Sendo assim, voltamos com a pergunta, título dessa palestra: “o que a História do movimento hip-hop pode nos ensinar?”

Em decorrência do que os textos de Sharpe e Thompson dizem, uma história do hip-hop pode educar o nosso olhar para a compreensão do outro, contribui para promover a inserção social de indivíduos até então marginalizados por meio do reconhecimento do discurso histórico deles e, não de somenos, traz à luz uma história social de grupos que convivem com problemas específicos e que, por conta disso,

criam estratégias de sobrevivência refletidas em práticas cotidianas bastante perspicazes.

Tricia Rose, historiadora americana, em seu texto sobre as condições de emergência do movimento hip-hop na América urbana e pós-industrial, afirma que o hip-hop é um movimento que, em suas principais formas - o grafite, o break e o rap – “tem se esforçado por negociar a experiência de marginalização, da oportunidade brutalmente perdida e da opressão nos imperativos culturais da história, identidade e das comunidades afro-americanas e caribenhas” (Rose, 1997:192). Para a autora, o movimento hip-hop, arquitetado no centro da decadência urbana como um espaço de diversão, transformou os produtos tecnológicos que se acumularam como lixo na cultura e na indústria, em fontes de prazer e de poder. Este movimento, ainda para a autora, “duplicou, reinterpretou a experiência da vida urbana e apropriou-se, simbolicamente, do espaço urbano por meio do sampleado, da postura, da dança, do estilo e dos efeitos do som” (Rose, 1997:193).

O fato é que o hip-hop apresenta uma trajetória de desenvolvimento que vai da periferia do Bronx para as diferentes zonas periféricas do mundo. Tornam os jamaicanos Afrika Banbaataan e Kool Herc ícones artísticos e heróis responsáveis por amplificar a voz dos negros e imigrantes latino-americanos excluídos de Nova York, fazendo-a altissonante para o mundo todo, e propagam uma identidade alternativa que, retomando Rose:

“[...] está profundamente arraigada à experiência local e específica e ao apego a um status em um grupo local ou família, forjada a partir de um vínculo intercultural que, a exemplo das formações das gangues, promovem isolamento e segurança em um ambiente complexo e inflexível. E de fato, contribuem para a construção das redes da comunidade que servem de base para os novos movimentos sociais”. (Rose, 1997:202)

Se como observa Bakhtin (1979), a experiência e o *status* num determinado grupo social são decorrentes da ação lingüística entre o indivíduo e o coletivo, a identidade se dá numa relação discursiva conflituosa, em que os sujeitos corroboram e ou se opõem a idéias, e dinâmica, em que as opiniões mudam ao longo dos tempos. Assim, não é possível falar do hip-hop como um grupo de pessoas com uma identidade dada e cristalizada, mas de idéias e, conseqüentemente, comportamentos que se modificam de uma geração para outra. É por isso que Marshall Berman (2001) observa no movimento hip-hop norte-americano a presença de três gerações bastante distintas: a primeira, na década de 1970, com tom engajado, voltada para os problemas sociais da exclusão de negros nas periferias americanas. A segunda, na década subsequente, marcada por seu envolvimento com a indústria cultural e que já inicia a associação com as

<sup>2</sup> Refiro-me ao projeto “Leitura, ritmo e poesia: práticas de poéticas orais entre rappers de Londrina”, desenvolvido junto ao Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da UEL, financiado pela Fundação Araucária e CNPq. Este projeto tem como principais objetivos: a) constituir um acervo com entrevistas de História Oral temática sobre a memória do movimento hip-hop em Londrina; b) analisar a produção poética de rappers do ponto de vista da Literatura e da História; e c) pensar em práticas de ensino de História e de Literatura, com base na leitura de mundo dos rappers.

gangues urbanas, ligadas ao narcotráfico, em que prolifera o culto à bravata masculina e à crueldade, algo que será mais enfatizado pela terceira geração, da década de 1990.

Pelo exposto, a história do movimento hip-hop deve ser compreendida numa via de mão dupla: de um lado, tem-se a história que sinaliza a trajetória do movimento hip-hop que se dá em três gerações distintas e, de outro, a história de sujeitos que se fazem voz a partir do movimento hip-hop. Ao estudar hip-hoppers<sup>2</sup>, estou lidando com pessoas que estão na construção e permanente transformação do movimento hip-hop e que, sobretudo, são seres que se relacionam com outras ideologias, possuem atividades e contatos com grupos diferenciados; ao passo que se eu entender o movimento como um objeto específico, eu posso deixar de lado outras relações sociais em que estes sujeitos estejam inseridos, em detrimento da especificidade que o corpo estudado possui. Por isso, uma história não pode ser dissociada da outra, mas a maneira de captá-las, a sensibilidade para estudá-las e o resultados que elas apresentam são diferenciados.

Se me detiver no hip-hopper, ele vai me revelar muito de rap, grafite e skate, porque são os “elementos” do movimento do qual ele faz parte, conhece e tem bastante a dizer. Para além disso, as suas práticas sociais o complementam enquanto sujeito social, o que quer dizer: como se comporta um hip-hopper em situações cotidianas ou em relação aos discursos e às hierarquias? Pensando nesta segunda perspectiva, a História vista de baixo não apenas jogará suas luzes sobre *o quê* faz um determinado grupo social, mas também ajudará a explicar *como* as pessoas desenvolvem o sentimento de pertencimento a um mesmo grupo e como estas idéias estão em conflito com outras. O depoimento de MV Bill, em *Cabeça de porco*, parece ser bastante esclarecedor

“Vinham aquelas senhoras negras, desdentadas e com roupas muito humildes, e me abraçavam, dizendo que tinham me visto no Luciano Huck; outras que tinham me visto no Serginho Groisman. Aquilo me fazia pensar outras coisas, me fazia pensar no *hip-hop*, numa nova estratégia para o movimento. Afinal, os verdadeiros reis das favelas não somos nós, do *rap*, que fugimos da mídia. Os verdadeiros reis que fazem as favelas parar e colocar tapete vermelho são o Alexandre Pires, o Djavan, a Ivete Sangalo, os Titãs. Sei lá, não quero ser nenhum deles e sei que eles não querem ser eu”. (In MV Bill et al., 2005:36).

Creio que pelo fato de este depoimento se passar numa favela em Porto Alegre, decorrente da pesquisa de campo que ele e Celso Athayde fizeram em várias favelas de capitais brasileiras, ele revela como quão variada é a identidade numa determinada comunidade e como as relações podem ser paradoxais e, ao mesmo tempo, revelarem objetivos comuns. A aporia que confunde o raciocínio de Bill, ao ser contrário à mídia e ao mesmo tempo ser reconhecido por meio dela, é uma das situações que demonstram que o sujeito está imerso na diferença e sua identidade não é apenas o que afirma, mas também o que ele nega. Por isso, a História como as outras disciplinas nas Ciências

Humanas devem estar atentas às aporias. Não se trata mais, para me apropriar de um discurso de Alberto Moreiras (2001), de exaltar a diferença tornando-a força irruptiva, mas de compreender suas aporias e de perceber que a História vista de baixo promove uma virada de mesa, em que o que se pensa que está em baixo, na verdade, tornou-se há bastante tempo discurso dominante.

Tratando-se de uma História em que os grupos imbricam-se e se implicam, as dicotomias perdem seu sentido. Os paradigmas que até então conferiam uma força irruptiva a este tipo de fazer histórico, tais como “de baixo e de cima”, “marginal e central”, “popular e erudito”, “excluído e incluído”, tornam-se inócuos e deixam de ter uma força irruptiva. Esta perda se dá em decorrência de que além de não serem inovadores, após mais de uma década de sua publicação brasileira, estas abordagens fizeram do descentramento o centro.

Em outras palavras, quero afirmar que se continuarmos pensando o nosso posicionamento político, enquanto pesquisadores das Ciências Humanas, por meio da descrição de *o quê* faz do outro excluído, estaremos apenas criando um novo discurso centralizador, tão conservador quanto aquele que até então combatíamos. Ao passo que, se invertermos um pouco esta lógica e problematizarmos não uma história da exclusão mas *como* os sujeitos se percebem e as disputas de poder e conflitos intra e extra grupo, poderemos construir uma História menos dicotômica e mais analítica, uma História caleidoscópica. Com isso, não estaremos negando o direito de o sujeito, visto não mais como marginalizado, compreender-se como sujeito de sua própria história, mas mostraremos como sua história pode ser conflituosa porque implicada com outras histórias. Muito menos estaremos negando as contribuições que a História vista de baixo trouxeram enquanto metodologias de abordagem. Em última análise, o conhecimento prático que poderá ser extraído dessa abordagem é de que nos criamos nas interações, seja em conformidade com os outros ou no contraste com eles. Creio que é isto o grande ensinamento que uma História do hip-hop pode nos dar.

## Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. (Voloshinov). 1979. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lund; Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Hucitec.
- BERMAN, M. 2001. Entrevista. In *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 out. 2001. Mais!, pp. 4-9.
- LEITE, E. F. s/d. Da experiência da narração à singularidade da História Oral. In: FERNANDES, F. A. G. & LEITE, E. F. (Org.). *Oralidade e Literatura: práticas culturais, históricas e da voz*. Londrina, Eduel. (no prelo)
- MOREIRAS, A. 2001. *A exaustão da diferença. A política dos estudos culturais latino-americanos*. Trad. Eliana Lourenço de Lima; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- MV BILL; ATHAYDE, C.; SOARES, L. E. 2005. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- ROSE, T. 1997. Um estilo que ninguém segura: política, estilo e a cidade pós-industrial no hip-hop. In: HERSCHMANN, M. (Org.) *Abalando os anos 90: funk e hip-hop, globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro, Rocco.
- SHARPE, J. 1992. A História vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). *Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo, Edunesp.
- THOMPSON, P. 1992. *A voz do passado: História Oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992